

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS- UNIS/MG
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
LOHANE MARIE NAVES

ESTRUTURA DO ESPAÇO FÍSICO PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PARA ALUNOS DEFICIENTES E COM MOBILIDADE REDUZIDA.

Varginha
2016

FEPESMIG

LOHANE MARIE NAVES

N. CLASS.	M796.087
CUTTER	N323e
ANO/EDIÇÃO	2016

**ESTRUTURA DO ESPAÇO FÍSICO PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PARA ALUNOS DEFICIENTES E COM MOBILIDADE REDUZIDA.**

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG, como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciatura, sob orientação da Profª. Ma. Flavia Regina Ferreira Alves

Aprovado em 14 /12/2016

Prof.Ma. Flavia Regina Ferreira Alves

Prof Dr. Alan Figueiredo Peloso

Prof.Ms.Luís Gustavo Rabelo.

OBS.:

FEPESMIG

Dedico este trabalho a meus filhos Théo Augusto e João Vítor e minha mãe por ter me dado força para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus primeiramente por ter me dado saúde e coragem para prosseguir, a minha família, e principalmente meus filhos, por ter me dado força para chegar onde cheguei. A minha orientadora por toda paciência e dedicação comigo, aos meus amigos em especial Geiseca e Tulliany pelos momentos de descontração e na ajuda deste trabalho. Agradeço imensamente a todos que contribuíram com este trabalho.

“Desistir... Eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério, é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que a tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça”.
Cora Coralina.

RESUMO

A acessibilidade nas escolas públicas continua sendo um grande desafio na sociedade moderna, mesmo com todas as políticas pública, leis, regimentos, normativas e movimentos para a conscientização dessa realidade, ainda encontramos fatores que promovem e dificultam o acesso de pessoas deficientes nas escolas. Tentado reconhecer e identificar os fatores geradores dessas dificuldades de acessibilidade promovemos uma pesquisa bibliográfica onde foram aferidas e observadas medidas e normas arquitetônicas para a que as aulas de Educação Física transcorram através das adequações necessárias, para atendimento de alunos com deficiência e mobilidade reduzida. Através deste trabalho esperamos garantir uma base de dados concisa e confiável para auxiliar no processo de inclusão das pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física e que, necessariamente está relacionada à acessibilidade arquitetônica, pois, com a harmonia de uma arquitetura favorável ao acesso das pessoas com deficiência fica mais fácil garantir que as leis e políticas desenvolvidas nessa área sejam verdadeiramente efetivadas e oferecidas a esses indivíduos.

Palavras-chave: Educação Física. Acessibilidade; Inclusão; Escola; Pessoa com deficiência.

ABSTRACT

Accessibility in public schools continues to be a major challenge in modern society, even with all the public policies, laws, regiments, regulations and movements to raise awareness of this reality, we still find factors that promote and make difficult the access of disabled people in schools. Attempting to recognize and identify the factors that generate these accessibility difficulties, we promoted a bibliographical research where the architectural measures and norms were measured and observed for which Physical Education classes are passed through the necessary adaptations, to attend students with disabilities and reduced mobility. Through this work we hope to ensure a concise and reliable database to assist in the process of inclusion of people with disabilities in physical education classes and that is necessarily related to architectural accessibility, because, with the harmony of an architecture favorable to people's access With disabilities it is easier to ensure that the laws and policies developed in this area are genuinely effective and offered to these individuals.

Keywords:Physical Education. Accessibility; Inclusion; School; Disabled person.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E O ESPAÇO FÍSICO.....	9
2.1 Marco histórico na acessibilidade no mundo.....	9
2.1.2 Acessibilidades na Escola.....	10
2.1.3 Acessibilidade no Brasil.....	11
2.1.4 Inclusão e Acessibilidade.....	12
2.2 Acessibilidades para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida.....	12
2.3 Educação física adaptada e inclusão no meio escolar.....	14
2.4 Recomendações de adaptação conforme ABNT NBR 9050/2015.....	15
2.5 Legislação.....	17
2.6 Diretrizes técnicas.....	18
3 METODOLOGIA.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	19

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto escolar são todos responsáveis pelo sucesso ou insucesso, do que vêm a ocorrer no âmbito escolar, os professores ou educadores, funcionários em termos gerais são essas pessoas que sempre vão ser o alvo daquilo que não funciona ou funciona. Portanto este trabalho é fundamental para todas as pessoas que trabalham e estudam, em virtude de sua essência na humanização, e a possibilidade de se elevar o nível educacional das pessoas com deficiência ao oferecer condições para a melhoria da qualidade de vida ao promover meios de acessibilidade nas instituições públicas ou privadas.

Atualmente o tema acessibilidade vem permeando e ganhando cada vez mais espaço em todos os segmentos sociais, seja na forma de políticas públicas voltadas para o lazer, promoção de saúde ou na educação. Entretanto os “obstáculos e barreiras” burocráticas que aparecem na criação dessas políticas públicas, se refletem em igual proporção nos espaços públicos sob a perspectiva da acessibilidade. A maioria das escolas públicas não oferece de forma satisfatória a acessibilidade que os indivíduos com deficiência e mobilidade reduzida necessitam para socializar-se e usufruir integralmente dos espaços ofertados.

A escola de hoje não é apenas um ambiente destinado a aprender a ler e a escrever, hoje esse ambiente desde as series iniciais, ensinam a desvendar o mundo para viver em sociedade. Pois só quem presencia o dia a dia escolar de um deficiente ou pessoa com mobilidade reduzida sabe de suas dificuldades. O viver em sociedade significa viver a plenitude de todos os aspectos filosóficos e estruturais da escola, mas para atingir esse objetivo, a escola tem de se adequar as normas vigentes para proporcionar aos alunos com deficiência e mobilidade reduzida a garantia ao acesso à essa estrutura escolar e a experiências educacionais que ali se processam. De acordo com Freire (1996):

É de inclusão que se vive á vida. É assim que os homens aprendem, em comunhão. O homem se define pela capacidade e qualidade das trocas que estabelece e isso não seriam diferentes com as pessoas que tenham necessidades educacionais especiais (FREIRE, 1996).

2 O ensino da Educação Física e o espaço físico

Como ficaria a educação física neste quadro? Trata-se de uma disciplina que tem uma demanda por espaço, instalações e materiais peculiares. Como estão as escolas em termos de condições materiais para o ensino desta disciplina? Em que medida a carência de espaço físico adequado Freire (1989) lembra que os espaços destinados por lei (LDB 5.692/71, Dec. 69.450/71) para as aulas de educação física nas escolas, não permitiriam que a criança desse um giro com os braços abertos. Seguindo a lei na íntegra poderíamos colocar 50 crianças ao mesmo tempo em 100 metros quadrados. Não seria possível às crianças saltar, girar, correr.

Atualmente não encontra-se essa delimitação espacial nos documentos oficiais de forma clara. No nosso entendimento, as prescrições oriundas de órgãos oficiais que abordam a preocupação com espaço físico escolar, estão atreladas diretamente à relação custo benefício. Ou seja, atender mais alunos com custos cada vez menores, sem investir em condições humanas para este atendimento. Nessa avaliação, tal processo compromete a qualidade do trabalho pedagógico de qualquer profissional e, em particular, daquele comprometido com o ensino da educação física.

A ausência e a pouca qualidade de espaço físico e de instalações para o ensino da educação física podem ser compreendidos sob dois aspectos: a não valorização social desta disciplina e o descaso das autoridades para com a educação destinada às camadas populares. Se a presença da educação física na escola foi justificada por discursos pautados em entendimentos diversos, conforme apontam os trabalhos historiográficos na área, perguntamos: em que medida espaços e instalações para o ensino da educação física estiveram presentes nos projetos arquitetônicos das escolas? No contexto observado, os espaços e as instalações destinadas para esta finalidade educativa, foram improvisados e construídos apenas alguns anos após a inauguração dos prédios ou em reformas posteriores.

2.1 Marco histórico na acessibilidade no mundo

Os primeiros passos significativos em relação a Acessibilidade ecoa nos anos 70, com mudanças de legislações internacionais por parte de governos democráticos e criação de leis antidiscriminação e proteção às pessoas com deficiência. Podemos citar nesse período o Reino

Unido com a Lei Britânica de Doenças Crônicas e Pessoas Deficientes no ano de 1970, e os Estados Unidos com a Lei Estadunidense de Reabilitação de 1973 (BARNES et al., 2002).

A Lei Estadunidense de Reabilitação de 1973 tratava das adaptações em ambientes escolares e de trabalho com a intenção da reinclusão social de soldados da findada guerra do Vietnã, guerra que rendeu muitos soldados mutilados, com sequelas e mobilidade reduzida por consequência da carnificina da guerra. Posteriormente em 09 de dezembro de 1975, a ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS aprova a Resolução nº 3.447 pela Assembleia Geral da ONU.

Essa assembleia proclama a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e pela ação nacional e internacional para assegurar que ela seja utilizada como base comum de referência para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Neste documento fica proclamado direito para as pessoas com deficiência tais como o próprio termo “pessoas com deficiência” para referência a esses indivíduos.

2.1.2 Acessibilidades na Escola

No que tange o conceito de acessibilidade é importante destacar as suas formas, segundo Sasaki, (2009) são basicamente seis os contextos de acessibilidade:

- a) **Acessibilidade arquitetônica:** sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo.
- b) **Acessibilidade comunicacional:** sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil), virtual (acessibilidade digital).
- c) **Acessibilidade metodológica:** sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar).
- d) **Acessibilidade instrumental:** sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.).
- e) **Acessibilidade programática:** sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc.).

- f) **Acessibilidade atitudinal:** sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, nas pessoas em geral.

Neste cenário a acessibilidade é tratada em todo contexto da pessoa com deficiência, deste do envolvimento da família e da comunidade, quanto no atendimento às necessidades básicas da criança e do adolescente. Assim a responsabilidade é conjuntamente com a sociedade e o Estado na promoção do desenvolvimento infantil e juvenil, nas escolas esse trabalho se torna ainda de maior valor, por meio da educação que tem o papel de integrar as pessoas com alguma deficiência na sociedade, principalmente nas redes públicas na qual se percebe de uma melhora neste aspecto de oportunizar a todos os alunos, no cumprimento a NBR -9050.

2.1.3 Acessibilidade no Brasil

Na concepção de Barbanti (2003, p. 92) a educação física adaptada “[...] pode ser conceituada como a Educação que envolve modificações ou ajustamentos das atividades tradicionais da Educação Física para permitir às crianças com deficiências participar com segurança de acordo com suas capacidades funcionais”.

A APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é um movimento que se destaca no país pelo seu pioneirismo. Nascida no Rio de Janeiro, no dia 11 de Dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte – americano e mãe de criança com Síndrome de Down. No seu país, já havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos; e admirava-se por não existir no Brasil, algo assim. (APAE - Rio, 1991; Magalhães, Veloso, Aquino, Mader, Cortez, Souza e Regen, 1997; Santos Filho, 1999).

Na década de 70, os alunos com deficiência começaram a frequentar as classes comuns, devido ao surgimento de propostas de integração, que demonstravam novas possibilidades educacionais e avanços dos estudos nas áreas de Pedagogia e Psicologia. Inicia-se, então, uma nova concepção caracterizada pela atitude de educação e reabilitação como um novo paradigma educacional. Entretanto, coexistia ainda a marginalização por parte dos sistemas educacionais, que não ofereciam condições adequadas para atender as necessidades desses alunos e atingir a eficiência no âmbito escolar. (APAE - Rio, 1991; Magalhães, Veloso, Aquino, Mader, Cortez, Souza e Regen, 1997; Santos Filho, 1999).

Com o surgimento do termo inclusão houve a necessidade de se rever os métodos de ensino aprendizagem e de avaliação, fazendo com que todos os alunos sejam participativos, e, assim proporcionar o ambiente educacional agradável, no sentido de inclusão, e deixar a ideias de discriminação e preconceitos. Nas décadas de 80 e 90, houve uma proposta inovadora em relação

à proposta anteriormente citada, cujos resultados não modificaram a realidade educacional. Essa nova concepção propunha que os sistemas educacionais passassem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade e proporcionar adequações que atendessem às necessidades requisitadas (SOUSA, 2013).

O Ministério da Educação Especial (BRASIL, 2006) evidencia que a deficiência deve ser considerada como uma diferença que faz parte da diversidade e não pode ser negada, porque “ela interfere na forma de ser, agir e sentir das pessoas”. Segundo a Declaração de Salamanca, para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que “as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” (BRASIL, 1994, p. 4).

2.1.4 Inclusão e Acessibilidade

No que se refere aos temas inclusão e acessibilidade, é válido mensurar a distinção desses temas e também a sua tênue relação, tornando-os independentes em seus conceitos, mas, estreitamente ligados pelos seus resultados finais para interação das pessoas com deficiência. Para falar em inclusão há de se pensar, planejar e obedecer a normas de acessibilidades para garantir o acesso tanto de pessoas com deficiência como pessoas sem deficiências em um ambiente comum. (BRASIL, 1994, p. 4).

Dessa forma para que a educação seja inclusiva, primeiramente tem de ser acessível arquitetonicamente, garantindo aos indivíduos com deficiência o livre acesso e utilização de todos os espaços da escola, propiciando um ambiente adequado para a aprendizagem e bem estar de todas as pessoas do ambiente escolar. (BRASIL, 1994, p. 4).

2.2 Acessibilidade para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida

A Educação Física é um direito de todos, e a sua prática pedagógica no ambiente escolar auxilia com a inclusão da pessoa com deficiência por meio do aprendizado do processo de desenvolvimento motor, à medida que estrutura um ambiente que proporcione vivências motoras capazes de incrementar sua habilidade para solucionar as tarefas apresentadas pelo ambiente físico-social no qual está inserida. Assim na concepção de Cruz et al (2003) o professor:

[...] lida todo o tempo com as diferenças de seus alunos - quer apresentem ou não necessidades especiais, e esta assertiva impõem que se assuma a heterogeneidade manifesta em seus movimentos corporais. No entanto, tendemos a subestimar as possibilidades de participação desses alunos em nossas aulas. (CRUZ et al., 2003).

No que se refere à Educação Física Escolar (EFE) é necessário uma ampla variedade de atividades (alternativas) seja oferecida aos alunos para que se efetive a inclusão. Como se tem observado a educação física para pessoas com deficiência física em seu dia a dia tem que haver alternativa das praticas didáticas para que não haja a exclusão dos demais alunos não 20 deficientes, pois os mesmos tem o mesmo em direito em participação na atividade, como alunas gestantes e outros alunos com dificuldade momentânea motora. (LEMOS 2002).

Segundo Lemos (2002 p.20) em seu artigo: O Princípio da Inclusão: um elemento da metodologia das aulas de Educação Física. Ele cita que

[...] as atividades de salto em altura podem ser totalmente excludentes se a altura da corda ou sarrafo estiver padronizada (a 0,80 centímetros de altura, por exemplo), ao passo que se o mesmo estiver inclinado (0,80 centímetros em uma ponta e 0,20 de altura em outra) irá possibilitar que todos os alunos sejam incluídos, que todos participem da atividade proposta, proporcionando situações de sucesso (LEMOS 2002).

Para o autor a Educação Física tem muito a oferecer às pessoas portadoras de diversos tipos de deficiência, nas mais variadas formas de atividade. Seguramente, é capaz de promover a integração social do deficiente, provocando o seu interesse pelo esporte e por atividades físicas. (LEMOS, 2002). Neste aspecto das diretrizes curriculares na disciplina de educação física escolar, tem que se levar em conta as políticas públicas para a educação.

Na visão de Lemos (2002) essa tendência pode ser percebida pela observação de vários tipos de situações identificadas no dia-a-dia de muitas aulas de Educação Física, tais como a auto exclusão, a falta de interesse de muitos alunos (pelos mais variados motivos); o pouco sentido que a comunidade escolar dá em se rever as regra dessas aulas; a dificuldade dos professores ampliarem o âmbito de sua intervenção na formação das crianças, jovens e adultos, tanto pela falta de políticas de formação continuada, quanto pela insuficiência de interesse pessoal de cada docente, aliada alguns casos da falta de estrutura física e/ou material.

2.3 Educação física adaptada e inclusão no meio escolar

No atual sistema educacional nos deparamos com uma proposta de ensino/aprendizagem, priorizando a diversidade e a inclusão. Nos dias de hoje é comum encontrar pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares. Este novo sistema educacional requer conhecimentos, e idéias novas que tenham o objetivo maior de incluir todos, independente de qualquer de condição física.

Segundo James citado por Brandão (1995, p. 20): já afirmava que a educação é a organização dos recursos biológicos do indivíduo, de todas as capacidades de comportamento que fazem adaptável ao meio físico e mental. Se indivíduos são seres adaptáveis, as formas de integração de qual quer meio e situação, com certeza podem ser adaptadas. Sendo assim defende-se que a Educação Física é uma ferramenta educacional de interação e cooperação, deve ser trabalhado a fim de atender a todos os alunos; desenvolvendo atividades físicas, recreativas e psicomotoras que desenvolvam as habilidades, que socializem as potencialidades individuais.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S, 1997) o ensino da Educação Física deve respeitar o que a criança traz em si mesma, uma educação que priorize poderes sobre ela, desafiando-a a que lhe dê autodomínio, autoconfiança e autonomia. O profissional de Educação Física é repleto de desafios na postura frente sua classe. Nesse sentido, por trás dessa questão é necessária a intervenção de um profissional capacitado, consciente e responsável, que principalmente tratando-se de crianças com alguma necessidade especial.

Na vida profissional de um professor ele recebe vários alunos especiais, formam a classe com alunos chamados de normais, apesar dessa circunstância, se não forem oferecidas condições de ensino, cursos de capacitação e materiais alternativos e/ou adaptados para que possa exercer melhores condições de ensino a situação dos professores fica fragilizada. Se o investimento na qualidade de ensino não se tornar uma ação constante, pode intensificar a rejeição já existente nas escolas e resultar em maiores dificuldades desses educando de estudarem juntos aos outros alunos. (MANTOAN, 2006).

Segundo Sampaio (1946, p. 104) “A deficiência pressupõe um vazio a ser preenchido”. Viver o corpo é a exigência de se viver o mundo, é a possibilidade de ocupar o vazio de deficiência do corpo com o vazio maior da alteridade da existência. A Educação Física é fundamental, desenvolve o processo educativo como um todo, associando o corpo e a

mente, aprimorando as habilidades físicas, morais e sociais do educando; se bem aplicada é uma excelente forma de inclusão. Segundo os PCN'S (1997, p. 30) "Na escola, portanto, quem deve determinar o caráter de cada dinâmica coletiva é o professor, a fim de viabilizar a inclusão de todos os alunos. Esse é um dos aspectos que diferencia a prática corporal dentro e fora da escola". Ainda segundo o documento:

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos deficientes físicos foram (e são) excluídos das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social (PCN'S, 1997, p.31). Espera-se através desse trabalho contribuir com a formação acadêmica no sentido de apontar a relevância trabalharmos em defesa de pessoas com necessidades especiais, pois se defende que assim é possível colaborar para mudar um pouco essa imagem preconceituosa da sociedade perante essas pessoas.

Esse pode ser um papel desempenhado pelo professor de Educação Física: a aula de Educação Física pode favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do deficiente e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos (PCN'S, 1997, p. 31).

Como futuros professores pretendem-se buscar subsídios para a discussão sobre a inclusão, pois entendeu-se que é relevante desmitificar esse assunto mostrando que é possível trabalhar com todos e conviver harmoniosamente, respeitando os limites de cada ser humano.

E por fim fazer que o aluno com necessidades especiais tenha as mesmas oportunidades de desfrutar de suas habilidades e vencer seus limites durante suas aulas práticas. E fornecer uma qualidade de vida ao aluno com necessidades especiais, interagindo diretamente nas aulas de Educação Física. E assim desenvolvendo uma confraternização entre alunos regulares e os alunos com necessidades especiais.

2.4 Recomendações de adaptação conforme ABNT NBR 9050/2015

Após três anos em processo de revisão, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) disponibilizou para consulta pública a nova norma NBR 9050, referente à acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Válido a partir do dia 11 de outubro, o documento estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, bem como do meio urbano e rural, em relação às condições de acessibilidade.

Em sua terceira edição, que substitui a anterior lançada em 2004, a norma revisada apresenta uma reorganização de seus capítulos e, ao longo de mais de 160 páginas, as diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente. Ela ainda ressalta critérios de sinalização em espaços públicos, parâmetros de ergonomia para mobiliário e equipamentos urbanos, intervenções em bens tombados pelo patrimônio histórico, entre outros pontos. (BRASIL,2006, p.18).

Além de considerar as pessoas com deficiência, a abordagem foi ampliada para aqueles que têm dificuldades para se locomover – como idosos, obesos, gestantes etc. –, seguindo o conceito de desenho universal, que assegura a acessibilidade para todos.

A nova norma está disponível na internet devido a uma parceria com o Ministério Público Federal – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência –, que permitiu a consulta por se tratar de um serviço de relevância e de caráter público. Criada em 1983, a primeira revisão da NBR 9050 foi em 1994.

A Norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050, 2015), foi elaborada com o intuito de estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados em projetos, construções, instalações e adaptações de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Esta Norma além de estabelecer definições de acessibilidade, desenho universal e barreira arquitetônica ambiental, a NBR 9050/15 caracteriza os diferentes tipos de deficiência que devem ser levados em consideração no processo de planejamento.

Segundo ela, promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, nos edifícios, nos meios de transporte e de comunicação. Isto constitui um direito universal resultante de conquistas sociais importantes, que reforçam o conceito de cidadania. As pessoas com deficiência física são aquelas que apresentam alterações musculares, ortopédicas, articulares ou neurológicas, podendo apresentar diversos comprometimentos: dos membros superiores; dos membros inferiores; e da vitalidade, que resulta em menor rendimento no trabalho escolar, em virtude da falta acentuada ou temporária de vigor e agilidade (BRASIL,2006, p.18).

De acordo com a Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/ NBR 9050, 2015), deficiência é a redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. Nesse contexto, o Decreto nº 5.296/2015 (BRASIL, 2015) estabelece normas

gerais e critérios 23 básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, facilitando sua independência e transformando-se em um compromisso ético-político. A Associação Brasileira de Normas Técnicas formulou normas específicas para acessibilidade, fundamentadas nos referidos instrumentos jurídicos, que vêm apoiar a execução de projetos que objetivem a realização de intervenções arquitetônicas urbanísticas e nos meios de transportes, por parte dos diferentes agentes políticos da sociedade. Todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis. É então, neste contexto, que a escola deve se tornar o ambiente mais acessível e adaptado para inclusão de seus alunos portadores de necessidades educacionais especiais, bem como de modificações e adaptações na sua estrutura física, para que ocorra a eliminação de qualquer tipo de barreira ao ensino escolar de qualidade.

Muitas vezes, a solução para os problemas arquitetônicos e estruturais não está na construção de novos empreendimentos, mas nas adaptações necessárias desses espaços aos deficientes físicos, para que deixem sua condição de excluídos da sociedade e passem a manter uma relação de autonomia e segurança em todos os âmbitos sociais, inclusive no escolar. De acordo com a Norma, no ambiente escolar a entrada de alunos deve estar, preferencialmente, localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos. Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis. Todos os elementos do mobiliário urbano da edificação como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis. (BRASIL,2006, p.19).

2.5 Legislação

Atualmente as pessoas com deficiência são amparadas por Lei Federal que estabelece normas e direitos, possibilitando com isso a inclusão social (ALMEIDA;ARAGÃO; PAGLIUCA; MACÊDO, 2006). Novaes, Silva e Frosch (2005) em seu estudo enfatizam que como Decreto-lei em vigência, os novos projetos devem seguir as normas para aprovação quanto à acessibilidade, inclusive as edificações de uso público e coletivas existentes devem promover as adaptações e garantir à acessibilidade.

Os autores anteriores estavam se referindo ao Decreto-lei 5.296 (2015) que regulamenta as Leis n.º 10.048 de 8 de novembro de 2000, e 10.089, de 19 de dezembro de 2000, e dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, bem como estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, sendo de interesse para este trabalho o estabelecido pelo capítulo IV.

Para Bins Ely e Dischinger (2003), as leis asseguram os direitos de igualdade e acesso à educação, trabalho e integração social, porém muitas vezes são ameaçadas pelo desconhecimento devido a fatores políticos, culturais e econômicos, contribuindo ainda mais para a discriminação e exclusão. Ferreira e Sanches (2004) destacam que não basta simplesmente desenvolver projeto e executar obras para facilitar a vida das pessoas com algum tipo de deficiência, é necessário ainda que existam diretrizes para avaliar as adaptações implantadas nas edificações.

E essas diretrizes são fornecidas pela NBR 9050 (2015) da ABNT que dispõem sobre acessibilidade em edificações, 23 mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, bem como foi o instrumento que deu os parâmetros técnicos para avaliação das edificações visitadas. As normas técnicas devem ser entendidas como um instrumento de consulta obrigatória para engenheiros e arquitetos antes de planejar uma obra para atender a acessibilidade. A legislação vigente que trata este estudo será apresentada na seqüência de trabalho, abordando diretrizes técnicas extraídas do Decreto-lei 5.296 (2015) e NBR 9050 (2015).

2.6 DIRETRIZES TÉCNICAS

De acordo com Varandas e Oliveira (2002), nas edificações os obstáculos ocorrem principalmente nos acessos, áreas de circulação horizontal e vertical, sanitários e aberturas (portas e janelas). Dentre outras limitações encontradas pelas pessoas com deficiência física estão nas escadas (falta de corrimãos), ausência de rampas, pisos inadequados e desníveis (ALMEIDA; ARAGÃO; PAGLIUCA; MACÊDO, 2006). E diante dessas anomalias, os itens selecionados para a realização deste estudo foram compilados da NBR 9050 (2015), os quais serão: Acessos principais e secundários das escolas, no que se diz respeito as aulas de Educação Física; bem como: pátios, banheiros, quadras de esporte e corredores.

3 METODOLOGIA

As coletas foram realizadas através da busca de artigos e teses e disponíveis nas bases científicas disponíveis para o acesso na internet e livros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, verificou-se diversas possibilidades de promover acesso do aluno com deficiência física para as aulas de educação física e ao ambiente escolar. É preciso saber que os recursos e serviços apropriados a eles estão garantidos por lei e as dificuldades encontradas no cotidiano escolar não devem ser motivo de exclusão desses alunos.

Acessibilidade constitui um fator muito importante para o exercício da cidadania, principalmente para essas crianças, que estão na fase inicial de sua vida, contribuindo para sua interação e inclusão dentro do espaço escolar. Existem vários dispositivos legais procurando garantir direitos, prevendo melhorias, adaptações em diversos ambientes. Existe hoje uma grande preocupação em desenvolver um trabalho significativo para as crianças com deficiência.

Nossas escolas com certeza ainda precisam de modificações, de uma estrutura melhor, de profissionais capacitados e de um maior comprometimento dos governantes. Desta forma, o poder público deve investir mais em estrutura física das escolas para atender a demanda. Mas para isso, os preconceitos devem ser derrubados, primeiramente pelas escolas e até mesmos pelos pais que muitas vezes escondem seus filhos achando que deixando eles em casa ou frequentando escolas especiais estará fazendo um bem a eles.

Cabe a cada um de nós fazermos a nossa parte para derrubar preconceitos e permitir uma sociedade mais inclusiva. Para a consolidação de uma escola inclusiva, ainda há muito para construir, pois foram dados apenas os primeiros passos na consciência e respeito à diversidade. Percebe-se que muitas adaptações precisam ser feitas para favorecer a educação e o desenvolvimento das crianças com deficiência física na educação infantil, pois muitas escolas brasileiras e as famílias não estão preparadas para garantir o desenvolvimento pleno e escolar destas crianças.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Norma Técnica Brasileira NBR9050**. Acessibilidade a edificação mobiliária, espaços e equipamentos urbanos. 2 edição, 2015.

APAE – PEGOL. **Acessibilidade educação inclusiva**. Disponível em: <http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/report_acessibilidade_educacao_inclusiva_pt.html> Acesso em 28 maio 2016.

BARBANTI, V.J. **Dicionário de educação física e esporte**. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

BRASIL. Decreto n. 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a **Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1999.

BRASIL. Decreto Lei no. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta às Leis nº10.048 de 8 de novembro de 2000 e nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2004. Disponível em: Acesso em: 28 mai. 2015.

BRASIL. Decreto Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF**. BRASIL a. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares**: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília, 1998. Disponível em: Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares**: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. A inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, Deficiência Física**. Brasília, 2006

BRASIL b. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

CRUZ, G. de C.; RAZENTE, D. M. R.; MANGABEIRA, E. M. C.. Considerações de Professores de Educação Física sobre o Atendimento de Alunos de Classes Especiais Inseridos em Ambientes Educacionais Sob a Perspectiva da Inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**. São Paulo: Marília. V. 9, n. 2. Jul-Dez 2003. p. 211-226.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES, Resolução aprovada pela Assembléia Geral da **Organização das Nações Unidas** em 09/12/75. Disponível em:

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Enquadramento da ação: necessidades educativas especiais. In: Conferencia Mundial sobre NEE: Acesso e Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.

Estatuto da Criança, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

FIEGEMBAUM, J. **A acessibilidade no contexto escolar: tornando a inclusão possível, 2009**. Monografia (Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SASSAKI, Romeu Kasumi. *Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos*. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação*. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

Estatuto da Criança, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm FIEGEMBAUM, J. A acessibilidade no contexto escolar: tornando a inclusão possível, 2009. Monografia (Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. LEMOS, E. F. O Princípio da Inclusão: um elemento da metodologia das aulas de Educação Física. Revista Interação. Ano 14 Edição Especial. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2002. p. 14-22. MANTOAN, Maria Teresa Egler O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, D. Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo Summus, 2006. SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p. SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.